



Senadores decidem que Aécio Neves pode retomar mandato

Marcos Oliveira/Agência Senado



Eunício Oliveira, entre João Alberto Souza e Romero Jucá, conduz a sessão em que o Plenário permitiu a volta de Aécio

Em votação aberta, parlamentares derrubaram ontem decisão do STF que havia afastado senador tucano da Casa e determinado seu recolhimento noturno

Os senadores decidiram ontem, em votação no Plenário, suspender os efeitos da decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal que havia afastado o senador Aécio Neves do mandato e determinado que ele não saísse de casa à noite. Foram 44 votos pela derrubada da decisão do STF e 26 votos pela manutenção. Assim, Aécio está autorizado a voltar para o Senado.

Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, a decisão do Plenário é soberana. Eunício afirmou que seguiu todas as determina-

ções regimentais, como o número de oradores favoráveis e contrários, e também a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, para que a votação fosse aberta, e não secreta.

Antonio Anastasia foi um dos oradores favoráveis a Aécio. “Estamos numa fase inaugural do processo [contra Aécio no STF]. As medidas cautelares não têm cabimento neste momento”, argumentou. Reguffe defendeu a manutenção das medidas cautelares contra Aécio: “O Senado não pode e não deve rever uma decisão da Justiça”. **3**

Parlamentares da CPI da JBS defendem regras para delação

A legislação sobre delações premiadas e acordos de leniência precisa definir regras mais claras sobre os procedimentos, avaliaram

integrantes da CPI mista da JBS. A comissão ouviu ontem o procurador Ângelo Goulart Villela, acusado de vazar dados sigilosos. **4**



O presidente da CPI, Ataídes Oliveira, em audiência com o procurador Villela



Garibaldi Alves Filho é vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Comissão aprova mais recursos para áreas de saúde e educação

Projeto que garante mais recursos do petróleo para saúde e educação teve a votação concluída ontem na Comissão de Assuntos

Econômicos e agora deve seguir para a Câmara. A proposta prioriza o ensino básico, que receberá a maior parte do dinheiro. **5**

Aprovadas emendas ao Orçamento em duas comissões

A Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Infraestrutura aprovaram ontem emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2018. Os recursos alocados para meio ambiente somam R\$ 650 milhões. Para infraestrutura, foram destinados R\$ 400 milhões. **8**

Plenário vai analisar adoção de prova prática para professor

A Comissão de Educação aprovou projeto que determina a realização de provas práticas em concursos para professores da educação básica. A proposta também prevê a criação de incentivos para que o professor trabalhe na mesma instituição durante toda sua carreira. **2**

Colegiado avalia ações de órgãos para preservar recursos hídricos

A Comissão de Meio Ambiente ouviu ontem em audiência pública representantes de vários órgãos públicos, como a Agência Nacional de Águas, sobre a atuação de cada um para restaurar as bacias hidrográficas do país. Eles informaram os senadores sobre os projetos em andamento. **6**



O senador Cidinho Santos (C) preside a audiência em que os representantes do governo expuseram seu trabalho

Vai à Câmara projeto sobre boleto bancário **5**

Avança campanha contra as drogas no rádio e na TV **4**

Para debatedores, mineração precisa de leis modernas **7**

Ingresso no Bolsa Atleta pode ficar mais restrito **5**

Profissão de técnico em radiologia gera polêmica **2**

Avança prova prática em concurso para professor

Proposta, que nasceu de sugestão do Projeto Jovem Senador, também prevê a criação de sistemas de ensino que incentivem professor a trabalhar em uma mesma instituição durante toda a carreira

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o substitutivo de Pedro Chaves (PSC-MS) ao projeto que obriga os sistemas educacionais a adotarem provas práticas de docência nos concursos para professores da educação básica (PLS 76/2016). A proposta nasceu de sugestão legislativa do Projeto Jovem Senador de 2012 e agora será analisada pelo Plenário do Senado.

O texto aprovado modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para que as provas práticas de docência se juntem às provas escrita e de títulos nos processos seletivos para o magistério em todo o país.

A mudança não será imediata. Pedro Chaves incluiu no texto a previsão de que as provas práticas sejam implantadas de forma gradativa, estabelecidas por regulamentação futura.

— Nessa regulamentação devem constar as condições e prazos a serem adotados na modalidade prática e que



Davi Alcolumbre e Pedro Chaves, relator na Comissão de Educação

esteja explícito que a prova deverá tratar especificamente de temas relacionados à docência — esclareceu o senador.

Permanência

O projeto também prevê que os sistemas de ensino criem, respeitadas as condições financeiras e jurídicas, incentivos para que os professores cumpram suas jornadas de trabalho em um mesmo estabelecimento de ensino durante toda a carreira.

Chaves lembrou que o regi-

me de dedicação exclusiva é recomendado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), para quem esses incentivos devem passar por benefícios salariais diferenciados e jornadas de trabalho específicas.

O texto aprovado na CE também determina que os sistemas de ensino tenham o prazo de um ano para se adaptar às mudanças na LDB, em caso de posterior aprovação pelo Congresso Nacional e sanção pela Presidência da República.

Debate sobre técnico em radiologia gera polêmica

Debate ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a regulamentação das atividades de técnico e tecnólogo em radiologia foi marcado por divergências. Profissionais das áreas odontológica e veterinária não concordam com o projeto aprovado no Senado e que seguiu para a Câmara dos Deputados. Uma das críticas feitas pelos debatedores ao PLS 26/2008 refere-se à possibilidade de os técnicos realizarem exames para os quais não estariam habilitados.

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, Juliano do Vale, disse que a radiologia odontológica é atividade de cirurgiões-dentistas e técnicos em saúde bucal. Por sua vez, a presidente da Associação Brasileira de Ra-

diologia Odontológica (Abro), Mychelle Gurgacz, afirmou que a entidade analisou os cursos técnicos em radiologia e eles não contemplam o campo odontológico:

A presidente da Abro também disse que 70% das clínicas odontológicas fechariam caso fossem obrigadas a contratar somente técnicos em radiologia, que têm direitos como jornada diária de 4 horas, adicional de insalubridade máxima e duas férias por ano.

O diretor-presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Manoel Santos, rebateu o argumento, dizendo que esses direitos existem porque a lei reconhece que a atividade tem riscos. Ele criticou a flexibilização que está sendo feita em alguns lugares:

— Em alguns estados, sem base científica, é claro, reduziram o grau de insalubridade de 40% para 30% dos servidores de radiologia, apenas para reduzir o adicional no salário.

Autor do projeto de regulamentação, o senador Paulo Paim (PT-RS) acredita que é possível aprovar a proposta se a relatora, deputada Carmen Zanotto, concordar em alterar alguns pontos de divergência.

— Acredito muito na capacidade da relatora para construirmos um acordo. Esse projeto volta para o Senado, mas percebo que há uma boa vontade de todos de construir um caminho.

O projeto, PL 3.661/2012 na Câmara, também regulamenta a atividade de bacharel em ciências radiológicas.



Paim (C) conduz debate com entidades que divergem sobre texto da regulamentação de técnico em radiologia

Vigência da MP que estende prazo dos incentivos do Recine é prorrogada

Foi estendido por mais 60 dias o período de vigência da Medida Provisória que prorroga o Recine, programa de apoio ao setor de audiovisual (MPV 796/2017). O ato foi publicado ontem no Diário Oficial da União.

O Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) permite a suspensão da cobrança do PIS, da Cofins, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nos inves-

timentos de construção ou modernização de cinemas. Isso facilita, por exemplo, a compra e a importação de equipamentos.

A MP já foi aprovada na Comissão Mista que analisa o texto. Falta passar pelos Plenários das duas Casas. O texto foi modificado pela relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), que ampliou o prazo do programa, que terminaria no final de 2017. O projeto de lei de conversão (MP modificada) estabelece a duração dos incentivos até o fim de 2019.

Lei concede título de Capital da Cerâmica Artística a Porto Ferreira, em São Paulo

Porto Ferreira, no interior de São Paulo, passou a ser considerada a Capital Nacional da Cerâmica Artística e da Decoração. O título foi assegurado pela Lei 13.492/2017, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 72/2013, aprovado no dia 21 de setembro no Senado. O autor, deputado Newton Lima (PT-SP), destacou a contribuição econômica do segmento para o país, com

participação de 1% no PIB.

Ele explicou que Porto Ferreira, a 220 quilômetros da capital, teve sua primeira cerâmica, a Fábrica de Louças de Porto Ferreira, fundada nos anos 20. Depois disso, segundo ele, a cidade se transformou num polo de produção de cerâmica.

Quando passou pela Comissão de Educação do Senado, o relator, o ex-senador João Vicente Claudino, destacou a forte vinculação da cidade com o setor.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Emendas**
9h Análise de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018. Depois, pauta com 11 itens.
- CDR Lei orçamentária anual**
9h Análise das emendas ao PLOA 2018. Logo após, pauta de 8 itens.
- CPI MISTA DA JBS Depoimentos**
9h Francisco Assis e Silva, executivo da JBS, e Vinícius Marques de Carvalho, ex-presidente do Cade.
- CMA Cadastro Ambiental Rural**
9h30 Audiência interativa sobre os impactos e as perspectivas de utilização do Cadastro Ambiental Rural.
- CCJ Sabatina para o TST**
10h Sabatina de Breno Medeiros, indicado para ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Depois, pauta com 38 itens. Na sequência, análise das emendas ao PLOA 2018.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h Na pauta de 17 itens, o 382/2011, que institui cota de brinquedos para crianças com deficiência em shopping centers.
- CE Emendas**
11h30 Análise das emendas ao PLOA 2018.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A PEC 14/2016, que cria as polícias penitenciárias, federal, estaduais e distrital, pode ser votada em segundo turno.
- MP 787/2017 Imóvel no Espírito Santo**
14h Análise de relatório.
- CAE Crise hídrica**
14h30 Audiência interativa sobre a situação hídrica do país. Os presidentes da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillou, e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Jerson Kelman, estão convidados.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Emendas**
14h30 Apresentação do plano de trabalho da relatora, deputada Luizianne Lins, e da pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, do Data-Senado. Depois, discussão das emendas ao PLOA 2018. Na sequência, análise de requerimentos.
- CPI DO BNDES Requerimentos**
14h30 Análise de requerimentos.
- MP 790/2017 Exploração de minérios**
14h30 Análise de relatório.
- MP 795/2017 Tributação do petróleo**
14h30 Análise de relatório.
- CMO Emendas**
15h Na pauta de 6 itens, emendas da comissão ao PLOA 2018 e projetos de abertura de crédito.
- MP 789/2017 Royalties da mineração**
15h Análise de relatório.
- MP 791/2017 Agência para mineração**
15h30 Análise de relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Por 44 a 26, Plenário devolve mandato a Aécio

Senadores derrubaram decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que Aécio fosse afastado do mandato no Senado e passasse as noites sem sair de casa

O PLENÁRIO TORNOU sem efeito a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que havia afastado do mandato e determinado o recolhimento noturno do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Foram 44 votos contra e 26 a favor das medidas cautelares impostas pela Primeira Turma da Corte. Houve ainda 9 ausências, sem contar o próprio Aécio, que estava com o mandato suspenso e não podia votar. A Constituição exige que a decisão seja tomada por maioria absoluta, pelo menos 41 votos.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa do Senado, a decisão do Plenário tem efeito imediato e será comunicada hoje ao STF. Com isso, Aécio — que estava afastado temporariamente do mandato desde 26 de setembro — já está de volta ao cargo. A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o senador por corrupção passiva e obstrução de Justiça, com base em delações premiadas do grupo empresarial J&F.

A defesa de Aécio coube a cinco senadores. Para Antonio Anastasia (PSDB-MG), o afastamento e o recolhimento não tinham cabimento porque o processo está em fase inicial: — Há denúncia aceita? Há defesa completa no processo? Todo o processo penal está

concluído? Ainda não.

Romero Jucá (PMDB-RR) também criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal:

— Com esta votação, estaremos dizendo que o mandato é inviolável e que o senador Aécio não pode ficar afastado por decisão de uma turma do STF.

“Abuso”

Telmário Mota (PTB-RR) classificou o afastamento do tucano de “abuso” e “absurdo”:

— Temos que combater a corrupção, mas com rigorosa observância às leis. A aplicação das medidas cautelares configura inegável violação à Constituição.

Jader Barbalho (PMDB-PA) também criticou a decisão da 1ª Turma do STF:

— Longe de mim afrontar o STF, mas estou preocupado com os precedentes, preocupado que amanhã as medidas cautelares se estendam não apenas para o Congresso, mas para as assembleias legislativas.

Para Roberto Rocha (PSDB-MA), a decisão sobre o afastamento de Aécio não tem vencedores.

— É um jogo de perde-perde. Não quero criar biombo para proteger ninguém e não peço proteção a ninguém se um dia cometer erro. Neste momento, não está em discussão a con-



Senadores participam da sessão em que votaram pela derrubada da decisão do STF que afastou Aécio do mandato

duta de Aécio Neves, mas a nossa coragem de fazer valer os votos que obtivemos no nossos estados.

Independência

Outros cinco senadores discursaram pela manutenção das medidas cautelares impostas a Aécio. Alvaro Dias (Pode-PR) afirmou que o Plenário precisa respeitar o papel do STF como intérprete da Constituição:

— Não votamos contra o senador [Aécio Neves]. Votamos em respeito à independência dos Poderes e em respeito a quem cabe a última palavra sobre a interpretação da Constituição, que é o STF, e não o

Senado.

Reguffe (sem partido-DF) usou o mesmo argumento:

— O Senado não pode e não deve rever uma decisão da Justiça. Se alguém deve rever uma decisão, deve ser a própria Justiça. O papel do Senado é outro.

Ana Amélia (PP-RS) disse votar pela manutenção das medidas cautelares “por coerência”:

— Votei pela cassação do mandato do senador Demóstenes Torres, pela cassação do mandato do senador Delcídio do Amaral e pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff. Voto “sim” pelos valores que sempre tenho defendido.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apoiou a manutenção das medidas cautelares impostas, “para que todos sejam considerados iguais perante a lei”:

— Não estamos avaliando a biografia de ninguém. Se decidirmos diferente da 1ª Turma do STF, estaremos ofendendo outro princípio. Cidadãos que sofrem decisão judicial não têm a prerrogativa que nós parlamentares temos

de revogar a decisão na nossa Casa legislativa.

Humberto Costa (PT-PE) disse que o Senado não pode ignorar “o farto material probatório” apresentado pelo Ministério Público:

— O senador Aécio Neves recebeu vantagem indevida de R\$ 60 milhões em 2014 por meio de notas frias. Em contrapartida, teria usado o mandato para beneficiar o grupo J&F na liberação de créditos do ICMS.

Carta

Antes da votação do Plenário, Aécio enviou uma carta aos senadores. Ele disse sofrer uma “trama arditamente construída” e pediu o apoio dos colegas.

“Talvez você possa imaginar a minha indignação diante da violência a que fui submetido e o sofrimento causado a mim, à minha família e a tantos mineiros e brasileiros que me conhecem de perto em mais de 30 anos na vida pública”, escreveu Aécio.

Como votaram os senadores: <http://bit.ly/votosaacio>

Nota da assessoria do senador Aécio Neves

O senador Aécio Neves recebeu com serenidade a decisão do Plenário do Senado Federal que lhe permite retomar o exercício do mandato conferido pelo voto de mais 7 milhões de mineiros. A decisão restabeleceu princípios essenciais de um Estado democrático, garantindo tanto a plenitude da representação popular como o devido processo legal, assegurando ao senador a oportunidade de apresentar sua defesa e comprovar cabalmente na Justiça sua inocência em relação às falsas acusações das quais foi alvo.

Eunício destaca voto aberto e diz que decisão “é soberana”

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que a decisão do Plenário sobre o senador Aécio Neves “é soberana”. Ele acrescentou que procurou seguir as determinações regimentais, como o número de oradores favoráveis e contrários, e lembrou que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, já havia determinado a votação aberta. Segundo o presidente do Senado, essa determinação acabou evitando a apresentação de questões de ordem, que poderiam atrasar a votação.

Eunício afirma que ele próprio já tinha tomado a decisão do voto aberto, com base na Constituição, para que os senadores “pudessem se manifestar livremente”.

— Eu tinha visto todos os procedimentos de votações anteriores e já tinha uma



Eunício nega atrito e garante que há boa convivência com Supremo

posição individual firmada. Embora o Regimento Interno diga em um de seus artigos que a votação é secreta, a Constituição não contemplou que essa matéria seja secreta. Eu já tinha tomado a decisão de fazer a votação aberta. Acho que ela é mais transparente. O que determina a Constituição,

eu vou cumprir. A decisão [do ministro Alexandre de Moraes] não vai interferir — disse, antes da sessão.

Eunício ainda garantiu que não há atrito com os outros Poderes e ressaltou a boa convivência com o Supremo. Ele negou que a decisão dos senadores tenha sido corporativista e lembrou que “apenas dirige os trabalhos”, já que presidente não vota “nem faz encaminhamento de matéria”.

— O voto aberto mostra uma decisão do Plenário às claras. Cabe a mim respeitar.

A decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes que determinou voto aberto e nominal foi proferida na manhã de ontem. A medida foi provocada por mandato de segurança de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que temia a adoção de votação secreta.

Para Ana Amélia, Aécio cometeu ato ilícito que não pode ser perdoado

Antes da votação, Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o Plenário do Senado seria um tribunal político, e não jurídico, na hora de votar a decisão da Primeira Turma do STF, que afastou Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato de senador.

— Penso que a gravidade das declarações, da gravação feita, do diálogo do senador Aécio Neves com Joesley Batista é suficientemente forte para qualquer cidadão tratar e entender que ali, sim, houve um ilícito.



Waldemir Borges/Agência Senado

Senador só não pode ser afastado por suas opiniões, afirma Ângela

Ângela Portela (PDT-RR) defendeu, antes da votação no Plenário, o afastamento de Aécio Neves do cargo, conforme decisão cautelar da 1ª Turma do STF. Para ela, ao decidir pelo afastamento do senador, o STF fortaleceu o Legislativo.

— Parlamento é sinônimo de liberdade de expressão e pensamento. As decisões em pauta não têm qualquer relação com opiniões, palavras e voto, mas com corrupção e obstrução de Justiça — afirmou ela.



Waldemir Borges/Agência Senado

CPI da JBS discute regulação para delações

Para integrantes da comissão mista, que ontem ouviu o procurador Ângelo Goulart Villela, é preciso melhorar a legislação, definindo regras claras para o procedimento

PARLAMENTARES INTEGRANTES DA Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS defenderam ontem uma lei que regule os acordos de delação e colaboração premiada. O tema foi discutido durante o depoimento do procurador da República Ângelo Goulart Villela.

Dividido em duas partes — uma pública e outra secreta, por envolver informações em segredo de Justiça —, o depoimento durou mais de cinco horas. Villela defendeu-se das acusações que o levaram a passar dois meses e meio preso. Integrante da força-tarefa da Operação Greenfield, que investigou desvios em fundos de pensão, ele foi acusado de receber dinheiro para vazar dados sigilosos para os donos do grupo J&F.

— Não tenho nada a esconder. O maior interessado no esclarecimento dos fatos sou eu — disse o depoente.

Indagado sobre a colaboração premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista, controladores do grupo J&F, Villela atribuiu os termos e a celeridade do acordo ao desejo do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de



O relator da CPI, Carlos Marun, e o presidente, Ataídes Oliveira, questionam o procurador Ângelo Goulart Villela

derrubar o presidente Michel Temer, para barrar a nomeação da procuradora Raquel Dodge para sucedê-lo. Ele também afirmou que Janot queria mostrar na mídia uma imagem de combate desenfreado à corrupção e, por isso, decidiu entregar um membro do Ministério Público.

— Janot agiu com o fígado em relação a mim — disse.

“Zona cinzenta”

Villela defendeu o uso das delações premiadas em investigações, mas afirmou que o

episódio mudou sua opinião em relação ao modus operandi das negociações. Para ele, abusa-se da prisão preventiva para obter delações.

— Quando se tem a prisão, sobretudo por muito tempo, é difícil aferir a voluntariedade [de quem delata]. Se tivesse uma única coisa a delatar, eu não passaria 76 dias preso. É difícil demais uma prisão.

Segundo ele, não há norma regulamentando a negociação desse tipo de acordo — apenas em agosto o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma

orientação para a elaboração de acordos de leniência.

— Faço uma sugestão a esta Casa: não temos parâmetro normativo algum do modo de conduzir uma delação premiada. Hoje há uma completa zona cinzenta em relação a isso. A gente precisa deixar isso bem claro na legislação — propôs.

O deputado Wadih Damous (PT-RJ), relator parcial para investigação de vazamentos, disse que vai solicitar ao MPF o envio de qualquer código de conduta que regule as negociações de acordos de leniência.

O senador José Medeiros (Pode-MT) defendeu uma lei que impeça que o país seja prejudicado por crises políticas sem relação com a economia.

— Nossa República ficou tipo gelatina por causa de um assunto menor, que seria a briga política pela direção da PGR. Precisamos de uma legislação para proteger a República.

O presidente da CPMI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que a comissão pode contribuir com o país:

— Nós temos condição, sim, de melhorar a legislação e criar leis boas para o povo brasileiro.

Discussão

A parte pública do depoimento foi marcada por discussão entre o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e o relator-geral da CPI, deputado Carlos Marun (PMDB-MS). Randolfe reagiu à insinuação de que teve acesso a um áudio sigiloso da investigação envolvendo Villela e denunciou o que chamou de coalizão ampla de PT e PMDB na comissão. Ofendido, Marun chamou o senador de “vira-lata”. Randolfe retrucou, qualificando o relator de “lambe-botas” de Temer.



Otto Alencar, ao lado de Waldemir Moka, comanda reunião da CCT

Avança projeto que obriga campanha contra drogas na TV

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem projeto de Magno Malta (PR-ES) que obriga o governo federal a veicular, diariamente, pelo menos cinco minutos de publicidade contra as drogas nas emissoras de TV e rádio.

O projeto (PLS 257/2017) altera a Lei 11.342/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Como justificativa, Magno Malta argumenta que, apesar dos esforços visando conter o avanço do uso das drogas, os resultados insatisfatórios vistos até o momento demonstram a necessidade de intensificar campanhas preventivas, neste caso na TV e no rádio, “ainda os veículos com maior alcance na população brasileira”.

Segundo a proposta (PLS

257/2017), os cinco minutos deverão ser veiculados entre as 8h e as 20h, por meio de inserções publicitárias com o conteúdo voltado à prevenção ao uso de drogas.

O relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO), com voto favorável, foi lido pelo relator substituto Waldemir Moka (PMDB-MS). Para Raupp, o custo com a publicidade a ser transmitida será “certamente inferior” à economia gerada pela diminuição no número de futuros dependentes e pela redução da criminalidade associada às drogas.

O projeto vai para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramitará em decisão terminativa. Se aprovado, irá para a Câmara, a menos que haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Internet 5G será tema de audiência no Senado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) fará uma audiência pública para debater o tema “Tendências, desafios e obstáculos à internet 5G, a internet das coisas (IoT) e inteligência artificial”.

O requerimento aprovado ontem é do senador Jorge Viana (PT-AC). Para 2017, a CCT selecionou, entre as políticas públicas do governo a serem avaliadas pela comissão, os programas e ações relacionados com os serviços de internet em banda larga.

Devem ser convidados para a audiência pública, ainda sem data marcada, o

vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), Alberto Paradisi; o presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Eduardo Levy Cardoso Moreira; a coordenadora institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ProTeste), Maria Inês Dolci, o integrante do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) Demi Getschko e o presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações

(Abrint), Basílio Perez.

Na mesma reunião, foi adiada a análise de autorizações para serviço de rádios comunitárias em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Renovação

Também foi adiada a discussão sobre a renovação da concessão à Rádio Anhanguera para explorar serviço de rádio em onda tropical em Goiânia e a renovação da permissão para executar serviço de rádio FM em Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Sergipe e Piauí.

Concessão de parte da BR-364 será tema de debate

A concessão do trecho da BR-364 entre Comodoro (MT) e Porto Velho (RO) será debatida em audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI) no dia 26. O pedido, aprovado ontem, partiu de Acir Gurgacz (PDT-RO) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

O governo anunciou em agosto a intenção de ceder à iniciativa privada o trecho. A BR-364 começa em São Carlos (SP) e cruza Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia até chegar ao Acre.

Os senadores vão receber representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e do Ministério dos Transportes, entre outros.

A comissão aprovou também a realização de audiência sobre projeto de Paulo Paim (PT-RS) que define regras para o transporte rodoviário de grandes cargas indivisíveis, como turbinas e transformadores industriais (PLS 395/2012). A data ainda não foi definida.



Raupp é um dos autores do pedido de audiência sobre a concessão

Vai à Câmara aumento de recursos do petróleo para saúde e educação

Texto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos prevê que 75% do valor destinado aos dois setores vá para o ensino básico

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) concluiu ontem a votação, em turno suplementar, de projeto que garante novos recursos do petróleo para as áreas de saúde e educação. A proposta (PLS 280/2013) também assegura aos dois setores parte dos recursos dos chamados bônus de assinatura, valores que a empresa vencedora de uma licitação paga à União antes de começar a explorar uma jazida. A matéria segue para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação final no Plenário do Senado.

Aprovado em primeiro turno no início deste mês, o texto aprovado pela CAE foi o substitutivo proposto pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ao projeto original assinado pelos senadores Cristovam Buarque (PPS-DF) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Fundo Social

O projeto altera a Lei 12.351/2010, que criou o Fundo Social, destino dos recursos da exploração do pré-sal que cabem à União, como royalties e participações especiais. Pela lei, 50% das receitas totais do fundo devem ir para saúde e educação.

A legislação em vigor já prevê a transferência de parcela do valor do bônus de assinatura para o Fundo Social, mas não estabelece o tamanho dessa fração. Originalmente, o projeto determinava a transferência integral dos bônus de assinatura para o fundo, regra aplicável aos contratos de exploração do pré-sal assinados no regime de partilha.

Raupp manteve a transferência integral, mas com uma ressalva: excluiu do repasse o valor destinado à empresa Pré-Sal Petróleo, criada em 2013 para



Garibaldi Alves Filho é vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

gerir os contratos de partilha.

Mesmo já havendo na Lei 12.351/2010 a previsão de que metade do dinheiro do Fundo Social seja aplicado nas áreas de educação e saúde pública, o projeto também busca detalhar esse ponto.

Ensino básico

No caso da educação, que fica com 75% dos recursos destinados aos dois setores, o texto determina que o dinheiro vá apenas para o ensino básico.

“O Brasil gasta muito pouco na educação básica, comparativamente à educação superior. Não resta dúvida que uma das grandes fontes de desigualdade e da baixa produtividade da mão de obra brasileira é justamente a má qualidade das séries iniciais do

ensino, o que justifica a necessidade de concentrarmos nossos esforços nesse segmento”, justifica Raupp no relatório.

Ainda pelo texto original do projeto, o dinheiro do fundo deveria financiar apenas a saúde pública infantil, mas uma emenda do relator retirou esse dispositivo. Segundo Raupp, a medida contraria os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

“A saúde dos pais é importante para as crianças, tendo em vista que pais mais saudáveis conseguem gerar mais renda e cuidar melhor de seus filhos. Além disso, várias ações epidemiológicas podem requerer tratamento de adultos na prevenção do alastramento de doenças contagiosas”, justifica o relator.

Cálculo

O projeto já havia passado por outras três comissões do Senado: Educação, Cultura e Esporte (CE); Assuntos Sociais (CAS); e Serviços de Infraestrutura (CI). Uma emenda da CAS poderia, na prática, ampliar os recursos para saúde e educação, mas a CAE acolheu o voto de Raupp pela sua rejeição. De acordo com a emenda, o dinheiro do Fundo Social não seria computado no cálculo do piso previsto na Constituição para os dois setores.

O texto também define regras para o caso de o governo decidir gastar o montante principal do fundo, formado pela poupança de 50% das receitas não destinadas a saúde e educação (dessa parte, devem ser usados os rendimentos). Ficou mantida a previsão original para que, dessa parte, os dois setores recebam apenas as receitas referentes ao bônus de assinatura.

Avança projeto que limita acesso ao Programa Bolsa Atleta

O acesso ao Programa Bolsa Atleta poderá ficar restrito a esportistas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paralímpicas que, na soma de seus rendimentos, ganhem até 360 salários mínimos por ano (R\$ 340 mil). É o que estabelece projeto (PLS 709/2015) que passou ontem por exame suplementar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para análise no Plenário.

O substitutivo de Regina Sousa (PT-PI) ao projeto de Romário (Poder-RJ) sistematiza emendas aprovadas anteriormente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Uma delas limita o acesso do atleta a outras fontes de auxílio público destinados a estimular esportes de alto rendimento. Além do Bolsa Atleta, ele poderá ter somente outro auxílio, caso de uma bolsa estadual ou patrocínio de empresa estatal. Só haverá exceção para atletas vinculados às Forças Armadas. Marinha, Exército e Aeronáutica vêm desenvolvendo programas de alto rendimento que asseguram boa parte das medalhas conquistadas pelo país.

O projeto também muda regra de ingresso no Bolsa Atleta Pódio, categoria mais elevada de patrocínio, destinada a quem tem chances de medalha nas competições olímpicas. O autor sugeriu o fim da exigência de indicação do esportista pelas entidades de administração das modalidades, em conjunto com o Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Para se candidatar, o atleta só precisa estar ranqueado entre os 20 primeiros do mundo em sua modalidade ou em prova específica.

Passa em comissão proposta que facilita pagamento de boletos

Boletos com data vencida poderão ser pagos em qualquer instituição bancária, e não somente no banco que os emitiu. A determinação consta de projeto (PLS 138/2009) aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o texto seguirá agora para análise na Câmara, a menos que haja recurso para que seja submetido a votação no Plenário do Senado.

De acordo com o substitutivo do senador Dalirio Beber (PSDB-SC), os bancos emissores do boleto, mesmo após o prazo de vencimento, ficarão obrigados a oferecer aos consumidores a possibilidade de realizar o pagamento em qualquer instituição financeira e nos canais de atendimento da rede bancária, como agências, terminais eletrônicos, telefones celulares e internet.

Os bancos terão 180 dias, após a sanção da lei, para se ajustar e cumprir as determinações.

Colegiado aprova dois indicados para o Cade

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o nome de Alexandre Cordeiro Macedo para o cargo de superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de dois anos. O colegiado ainda aprovou, também por unanimidade, a indicação de Polyanna Ferreira Silva Vilanova para concluir o mandato de Cordeiro, como conselheira da entidade, até julho de 2019.

Ambas as mensagens (MSF 56/2017 e MSF 55/2017) seguem para análise do Plenário do Senado.

Alexandre Macedo e Polyanna Vilanova foram sabatinados ao mesmo tempo. O principal tema da arguição foi a fusão de gigantes do agronegócio e os possíveis riscos dessas operações para o mercado e os consumidores.

O Cade aprovou neste ano, por exemplo, a etapa brasileira da operação mundial de fusão entre a Dow Chemical e a DuPont, duas das maiores empresas no mercado de insumos agrícolas. Atualmente, o conselho analisa a compra da norte-americana Monsanto pela alemã Bayer, que pode criar a maior companhia integrada de pesticidas e sementes do mundo.



Alexandre Macedo, ao lado do presidente da comissão, Tasso Jereissati, e Polyanna Vilanova

Simone Tebet (PMDB-MS) avaliou que essa operação pode vir a prejudicar a concorrência no mercado, derrubando a oferta de produtos e aumentando o preço de pesticidas e sementes. Em resposta, Alexandre Macedo classificou a fusão como “complexa” e observou que o Cade analisa se a eficiência alegada da operação é suficiente para compensar prováveis efeitos anticompetitivos.

— Os atos de concentração, de acordo com a Lei de defesa da concorrência, Lei 12.529, de 2011, devem ser proibidos se criarem posição dominante ou aumentarem posições dominantes. Que é o caso desse processo. Mas a lei

excetua casos em que é possível haver concentração, que é quando o ato de concentração tiver efeitos líquidos positivos — argumentou, afirmando que as exceções incluem a possibilidade de aumentar a produtividade e trazer benefícios para os consumidores.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Omar Aziz (PSD-AM) também manifestaram preocupação com a concentração do mercado de frigoríficos, hoje dominado pelo grupo JBS. Segundo Polyanna, o Cade está atento à questão e inclusive multou a empresa em mais de R\$ 40 milhões pelo descumprimento de um acordo relacionado à aquisição de frigoríficos.



Fabrício Libano, Irani Ramos, o senador Cidinho Santos, Larissa Rosa e Humberto Gonçalves discutiram o problema dos recursos hídricos

Órgãos do governo apresentam ações de revitalização de bacias

Senadores promoveram audiência para avaliar as medidas e projetos adotados para melhorar a disponibilidade de água no país

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) promoveu audiência ontem para avaliar as ações de diversos órgãos na recuperação de bacias hidrográficas.

Na reunião, presidida por Cidinho Santos (PR-MT), o representante da Agência Nacional de Águas (ANA), Humberto Cardoso Gonçalves, afirmou que a agência prioriza garantir o trabalho dos comitês de bacias, conselhos de recursos hídricos, agências de bacias e outros

gestores.

Ele citou a produção científica, a elaboração dos planos de bacia e de atlas de abastecimento, além do monitoramento da qualidade de água.

— De 2012 até 2017 foram recuperados e conservados um total de 40 mil hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes.

Larissa Alves da Silva Rosa, coordenadora no Ministério do Meio Ambiente (MMA), disse que o programa de

recuperação de bacias do MMA busca principalmente melhorar a disponibilidade de água. Segundo ela, na Bacia do Rio São Francisco o ministério investe na recuperação de áreas degradadas, preservação de nascentes, controle de erosão, conservação da água e solo e educação ambiental.

Cortes

Fabrício de Sousa Libano, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São

Francisco e do Parnaíba (Codelvasf) relatou o trabalho do órgão e se disse preocupado com a possibilidade de novos cortes orçamentários.

Irani Ramos, assessor especial do Ministério da Integração Nacional, falou sobre as ações do ministério para a revitalização da Bacia do São Francisco, em quatro eixos: saneamento e controle de poluição; economias sustentáveis; educação ambiental e planejamento e monitoramento.

Especialistas defendem ampliar a ozonioterapia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouviu ontem especialistas e depoimentos sobre a ozonioterapia: técnica de aplicação de oxigênio e ozônio com fins terapêuticos. O PLS 227/2017, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que libera a prescrição do tratamento complementar em todo o país, pode ser votado hoje pela CAS.

Defensores da terapia argumentam que ela pode ser utilizada para tratar doenças inflamatórias,

infeciosas e circulatórias, além de reduzir custos de tratamentos tradicionais. A presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia, Maria Emilia Gadelha, garantiu que ela pode ser feita em todos os níveis de atenção à saúde.

— A técnica é simples, segura e de baixo custo. A única contra indicação é a deficiência de uma enzima que deve ser dosada antes, a um custo de cerca de R\$ 30.

O relator da proposta, Edison Lobão (PMDB-MA),

deu testemunho sobre a eficácia do procedimento, após cirurgias nas cordas vocais.

— Não voltei a ter a voz antiga, mas melhorei significativamente. Acredito no tratamento porque sou beneficiário dele.

Carlos Braga, presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru, que oferece ozonioterapia gratuita a pacientes carentes, relatou sua recuperação de câncer de esôfago, com auxílio complementar do procedimento. Também houve depoimentos sobre o sucesso em pacientes autistas. O representante do Ministério da Saúde, Artur Brito, disse que hoje ela só é permitida para tratar feridas e em procedimentos odontológicos, é considerada experimental, ainda não avaliada pela pasta e autorizada pela Anvisa.



Marta, presidente da CAS, ouve Braga sobre uso no caso de câncer

Paim critica portaria sobre trabalho escravo

Paulo Paim (PT-RS) informou no Plenário que senadores do PT apresentaram um projeto de decreto legislativo para anular a portaria do Ministério do Trabalho com novas regras para a caracterização do trabalho escravo. Paim disse que várias entidades da sociedade civil, como a OAB, criticaram a portaria.

— A portaria, na verdade, desfigura a PEC do Trabalho Escravo, que foi uma ampla negociação que esta Casa fez. Eles [OAB] estão suscitando que seja revogada essa portaria e que a gente se debruce sobre o projeto que eu estou relatando, que busca uma saída técnica e jurídica e vai proibir o trabalho escravo — explicou.

Telmário pede retomada do Linhão de Tucuruí

Telmário Mota (PTB-RR) pediu ao presidente Michel Temer a retomada das obras do Linhão de Tucuruí. Trata-se de uma infraestrutura de energia elétrica que ligará Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de Manaus. Telmário explicou que Roraima é o único estado não ligado ao sistema nacional de energia e por isso depende da geração da energia das usinas termelétricas, que é mais cara e poluente.

— As termelétricas que estão instaladas no estado de Roraima hoje não dão a qualidade necessária. Os prejuízos são enormes. Vários municípios vivem no apagão.

Humberto: Temer erra ao fazer corte na área social

Humberto Costa (PT-PE) disse que o governo Temer vem promovendo retrocessos em diversos programas sociais implantados nas gestões de Lula e Dilma Rousseff. O Minha Casa, Minha Vida, que teve R\$ 16 bilhões em 2015, não deve receber nada em 2018, afirmou. Ele citou ainda cortes na reforma agrária, no programa de aquisição de alimentos e em ações contra a seca. Outra crítica foi à portaria que, segundo o senador, inviabiliza o combate ao trabalho escravo.

— A medida levou o Brasil a deixar de ser referência no combate à escravidão pela Organização Internacional do Trabalho — lamentou.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burler
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Setor de mineração pede regulamentação moderna

Representantes das empresas disseram à comissão que analisa a medida provisória sobre a criação de nova agência reguladora, no lugar do DNPM, que não querem apenas uma “troca de placa”

REPRESENTANTES DO SETOR de mineração ressaltaram ontem, em audiência pública, a necessidade de modernização dos equipamentos e procedimentos para desenvolvimento da atividade no Brasil. A audiência foi promovida pela comissão mista que analisa a medida provisória que extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e cria a Agência Nacional de Mineração (MP 791/2017).

Para o diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração, Marcelo Tunes, a nova agência deve ser eficiente.

— Nós não estamos querendo trocar o nome. O setor é totalmente favorável à criação da agência, mas quer que seja instalada de uma forma que, realmente, possa funcionar.

Ultrapassado

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral, Luis Mauricio Azevedo disse que o DNPM trabalha com procedimentos ultrapassados, o que causa morosidade na aprovação de projetos de mineração, enquanto outros países, como a

Austrália e o Canadá, mantêm as informações atualizadas em tempo real.

— O setor privado convive com uma grande informatização. Na verdade, os nossos *data rooms* já estão no espaço, não estão mais nem nos nossos escritórios. E o DNPM está sucateado, fazendo tudo no papel.

Desenvolvimento

Para o representante do Instituto de Desenvolvimento da Mineração, Carlos Nogueira, a agência deve contribuir para o fortalecimento da mineração.

— Nós estamos vivendo a evolução tecnológica e a agência tem que entrar nessa vanguarda para acompanhar

esse desenvolvimento.

O presidente da comissão mista que examina a MP da mineração, senador Lasier Martins (PSD-RS), lamentou que o prazo para a discussão da MP esteja esgotado.

— Eu acho que deveríamos ter mais audiências, ouvir mais gente, discutir, transformar esse tema num assunto de interesse nacional. Nós vivemos uma sociedade agrária e temos tanto ou mais riquezas para uma sociedade minerária.

De acordo com a MP, a Agência Nacional de Mineração vai implementar políticas mineradoras, a normatização, a gestão de informações e a fiscalização do uso dos recursos minerais do país.



Lasier (C), presidente da comissão, lamenta o pouco tempo para discussão

Royalties sobre minérios: comissão lê parecer hoje

A comissão mista que analisa o aumento de 0,2% para 4% das novas alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) volta a se reunir hoje para leitura do projeto de lei de conversão apresentado pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

O adiamento foi acertado ontem para que Pestana possa finalizar entendimentos com os relatores de outras duas MPs que tratam da minera-

ção: a 790/2017, que altera as regras para a pesquisa no setor, relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e a 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral, relatada pelo deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

De acordo com a MP 789/2017, as alíquotas da Cfem serão de 0,2% para ouro e diamante, quando extraídos sob o regime de permissão,

demais pedras preciosas e pedras coradas lapidáveis; de 1% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas para uso imediato na construção civil, águas minerais e termais, potássio, fosfato e calcário para uso como corretivo de solo; de 2% para ouro, diamante e demais substâncias minerais; de 3% para bauxita, manganês, nióbio e sal-gema; e de 4% para o ferro.

Para Lídice da Mata, plano de privatização da Eletrobras ameaça a soberania nacional

Lídice da Mata (PSB-BA) atacou o plano de privatização da Eletrobras, que, segundo ela, representa o descaso do governo com o patrimônio público. Ela salientou que a venda da estatal do setor de eletricidade é uma ameaça à soberania nacional e poderá colocar nas mãos de agentes econômicos estrangeiros um dos pilares do desenvolvimento do Brasil.

— O setor elétrico, coluna dorsal da evolução das cadeias produtivas e da proteção das camadas sociais, é, por isso mesmo, um valioso instrumento de indução do desenvolvimento econômico.



Walidmir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz homenageia professora morta em incêndio em Minas Gerais

Acir Gurgacz (PDT-RO) homenageou ontem os professores e cobrou mais valorização da categoria pelo poder público. Ele ressaltou que a escolha de apenas um dia do calendário (15 de outubro) é insuficiente para destacar a importância desses profissionais.

Gurgacz lembrou a professora Heley Batista, que morreu num incêndio criminoso, no início deste mês, ao proteger as crianças de uma creche em Janaúba (MG).

— Como já dizia Rubem Alves, psicanalista e educador, “ensinar é um exercício de imortalidade”.



Walidmir Barreto/Agência Senado



Benedito de Lira e Fernando Bezerra Coelho defendem a proposta

Adiada votação de MP que reduz tributos do setor petrolífero

Devido ao início das votações no Plenário, a reunião da comissão mista que analisa a medida provisória que cria regime tributário especial para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos foi reagendada para amanhã, às 14h30, quando será votado o relatório favorável do deputado Julio Lopes (PP-RJ).

Como a comissão mista está sem presidente e vice-presidente, o parlamentar mais idoso, no caso o senador Pedro Chaves (PSC-MS), está conduzindo as sessões.

No início da reunião, parlamentares da oposição, entre eles o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e os deputados Henrique Fontana (PT-RS) e Décio Lima (PT-SC), pediram que a comissão fizesse a eleição dos cargos vagos, porém o pedido foi indeferido pelo presidente em exercício.

Críticas

Os opositoristas aproveitaram para criticar as mudanças propostas pela MP 795/2017. Para Fontana, a medida vai prejudicar a indústria nacional ao incentivar a importação com benefícios fiscais. Lindbergh acrescentou que a proposta diminui a participação estatal na exploração do pré-sal brasileiro. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) também apresentou críticas, por entender que a medida vai fazer com que o país deixe de arrecadar bilhões em impostos.

— É uma medida provisória criminosa do ponto de vista da soberania nacional, pois isenta de impostos as petroleiras internacionais.

Júlio Lopes e os senadores Benedito de Lira (PP-AL) e Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) defenderam a importância da MP. Para o relator, a medida reestrutura o setor e dá mais competitividade internacional às reservas de petróleo e gás do país. Ele disse que o relatório tirou o setor de navegação do texto e que toda a cadeia produtiva do petróleo será beneficiada com as isenções.

— Não há agressão à indús-

tria nacional, há proteção de toda a cadeia do petróleo e regras estáveis de longo prazo.

Fernando Bezerra Coelho defendeu a proposta como um novo marco regulatório do setor, que vai atrair investimentos das grandes petroleiras de todo o mundo, além de ajudar na retomada de empregos na indústria nacional.

A MP 795 foi editada em 17 de agosto de 2017 pelo presidente da República, Michel Temer, para estimular a participação de empresas nas licitações de blocos das camadas pré-sal e pós-sal que serão conduzidas ainda este ano pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Somente para 2018, a previsão de renúncia de receita, decorrente dos incentivos fiscais, chegará a aproximadamente R\$ 16,4 bilhões.

A intenção do governo é aprovar o texto até o dia 27 de outubro, quando a ANP realizará a segunda rodada de leilões. Paralelamente à MP, foi publicado o Decreto 9.128/2017 que prorroga, de 2020 para 2040, o prazo de vigência do Repetro, regime especial que concede suspensão de tributos federais para equipamentos usados em pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e de gás natural.

Desoneração

A MP 795 também determina que a partir de 2018 as empresas poderão deduzir, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os valores aplicados na exploração e produção de petróleo e gás, o que, na prática, reduz a CSLL e o Imposto de Renda a serem pagos. Também passa a ser dedutível do IRPJ e da CSLL o gasto com a compra de máquinas e equipamentos.

A MP ainda suspende o pagamento do Imposto de Importação (II), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da contribuição para o PIS-Cofins sobre bens importados que ficarem definitivamente no país.

Com Agência Câmara

Comissões aprovam emendas ao Orçamento

Uma das emendas da Comissão de Meio Ambiente prevê R\$ 250 milhões para a política de tratamento de lixo. Comissão de Infraestrutura destina R\$ 400 milhões à Ferrovia Transcontinental

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) e a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovaram ontem emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2018 (PLN 20/2017).

Os recursos alocados pela CMA somam R\$ 650 milhões. De um total de 57 emendas apresentadas, o relator, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) acatou 14 sugestões, que agrupou de acordo com seu conteúdo em quatro emendas de apropriação.

As emendas aprovadas contemplam ações nas áreas de conservação de recursos hídricos, biodiversidade e unidades de conservação da natureza, além de tratamento de resíduos sólidos.

A emenda de maior valor, R\$ 250 milhões, foi destinada à ação de Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Ministério do Meio Ambiente.

Para a ação de Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade foram propostos recursos da ordem de R\$ 200 milhões. As ações de Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades

de Conservação da Natureza foram contempladas cada uma com R\$ 100 milhões.

Rodovias e aeroportos

A CI, por sua vez, apresentou quatro emendas à proposta orçamentária de 2018. Uma delas destina R\$ 400 milhões para a construção do trecho entre Sapezal (MT) e Porto Velho (RO) da Estrada de Ferro 354, também conhecida como Ferrovia Transcontinental.

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), explicou que levou em conta para aprovar essa e outras três emendas o alcance nacional e o interesse do maior número possível de senadores.

— Todas as indicações são importantes, mas hoje temos só quatro emendas. Antigamente, tínhamos cinco. Temos que fazer escolhas.

A CI aprovou também uma emenda no valor de R\$ 500 milhões para a manutenção de trechos de rodovias federais e outra de R\$ 150 milhões para a construção de um trecho rodoviário entre Humaitá e Lábrea, no Amazonas.

Outra sugestão aprovada destina R\$ 400 milhões para a construção, a reforma e o reaparelhamento de aeroportos e aeródromos.



Wellington Fagundes e Paulo Rocha durante a reunião em que a Comissão de Meio Ambiente aprovou emendas

Colegiado vota hoje emendas e indicação para tribunal

Em reunião extraordinária hoje, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votará as emendas do colegiado ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2018 (PLN 20/2017). Na sexta-feira, termina o prazo de apresentação das emendas das comissões à Comissão Mista de Orçamento.

De acordo com a Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, as comissões permanentes do Senado e da Câmara e as comissões mistas permanentes podem apresentar até oito emendas ao PLOA.

Antes da reunião extraordinária, a comissão vai analisar a indicação (MSF 62/2017)

de Breno Medeiros para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na última reunião da CCJ, foi lido o relatório do senador Ronaldo Caiado e concedida vista coletiva. Indicados pela Presidência da República, os ministros do TST precisam ser aprovados pelo Senado.

Medeiros, de 48 anos, é desembargador do Trabalho em Goiânia e juiz do Trabalho desde 1992.

Segurança

A comissão também deve discutir hoje projetos ligados à segurança pública.

O PLS 149/2015, de Otto Alencar (PSD-BA), aumenta

a pena do crime de roubo com arma de fogo, explosivos ou artefatos análogos; o PLS 373/2015, de Elmano Férrer (PMDB-PI), inclui o homicídio contra idoso no rol dos crimes hediondos; o PLS 320/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), tipifica no Código Penal o porte de arma branca. Também de Lira, o PLS 358/2015 aumenta a pena do adulto que utilizar criança ou adolescente na prática de crime; e o PLS 224/2017, de Wilder Moraes (PP-GO), autoriza a aquisição de arma de fogo pelo morador em área rural. Todos têm parecer favorável e terão votação nominal e terminativa na comissão.

CPI dos Maus-Tratos quer esclarecer denúncias em MG

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos ouvirá esclarecimentos, em audiência pública, sobre irregularidades na Associação Mãe do Perpétuo Socorro, abrigo para crianças em Divinópolis (MG). Conforme requerimentos aprovados ontem, a CPI deve ouvir a educadora Bernadet Maria Tavares Ribeiro, responsável por denunciar o caso, e a conselheira tutelar Joyce Aparecida da Paz.

O abrigo foi interditado no dia 6 de outubro pelo Serviço de Vigilância Sanitária por denúncias de irregularidades e registros de maus-tratos a crianças. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Divinópolis oficializou a suspensão da instituição por descumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

A CPI também aprovou requerimentos de convite de juízas, promotoras e autoridades ligadas ao apoio à infância e juventude para as audiências públicas que ocorrerão em São Paulo, na sede do Ministério



José Medeiros e Magno Malta, que quer projeto sobre segurança em creche

Público, nos dias 24 e 25 de outubro. Também serão ouvidas, de forma reservada, mães de crianças vítimas de abuso. Os debates são parte do levantamento de dados aprovado pela CPI sobre denúncias de maus-tratos em São Paulo.

Diligências

A realização de diligências da CPI em Janaúba (MG) e Altos (PI) também foi aprovada. Em Minas Gerais, a comissão vai visitar as crianças vítimas do incêndio criminoso em creche, no dia 5 de outubro, quando 11 pessoas foram mortas, entre elas 9 crianças.

O presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), desta-

cou o heroísmo da professora Heley de Abreu Silva Batista, que teve 90% do corpo queimado enquanto tentava salvar as crianças das chamas. O senador anunciou a intenção de criar projeto que regulamente normas de segurança na ambientação e construção de creches.

— Gostaria de votar esse projeto nessa CPI e dar o nome dessa professora a ele. Ela não pode ser esquecida — afirmou.

No Piauí, a CPI fará diligências na Colônia Agrícola Penal Major César Oliveira, onde menino de 13 anos foi encontrado escondido dentro de uma das celas, no dia 30 de setembro.

Debate analisa causas e soluções para crise hídrica em várias regiões do país

A crise hídrica que vem afetando o Brasil nos últimos quatro anos será tema de audiência pública interativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, às 14h30. A iniciativa do debate é do presidente da comissão, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Além do Nordeste, duramente afetado pela estiagem, grandes centros urbanos têm enfrentado falta de água desde 2014. São Paulo foi um

dos estados que mais sofreu a falência no abastecimento. Em 2016, Vitória passou por racionamento. Neste ano foi a vez do Distrito Federal.

Para debater causas e soluções para a crise, foram convidados o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, e o presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Jerson Kelman.

Comissão de Meio Ambiente discute hoje em audiência o Cadastro Ambiental Rural

A implementação, os impactos e as perspectivas de uso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) serão debatidos em audiência pública hoje na Comissão de Meio Ambiente, a pedido de Wellington Fagundes (PR-MT).

O debate faz parte do plano de trabalho da comissão para avaliação de políticas públicas, segundo prevê o Regimento Interno do Senado. Por sugestão de Davi Alcolumbre (DEM-AP), pre-

sidente do colegiado, a CMA analisa ao longo deste ano os “instrumentos econômicos e financeiros disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a Cota de Reserva Ambiental (CRA) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) para o desenvolvimento sustentável do país”.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados.